



SUZANO

SUZANO HOLDING S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 60.651.809/0001-05
NIRE 35 3 0001186 4

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

- **Item 10 do Formulário de Referência - Comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia.....2**
- **Proposta da Destinação do Lucro Líquido - anexo 9-1-II - Instrução CVM 481/09.....9**
- **Itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência - Eleição dos Membros do Conselho de Administração.....10**
- **Proposta de Remuneração dos Administradores e informações do Item 13 do Formulário de Referência..... 21**

PARA FINS DO INCISO III DO ARTIGO 9º DA INSTRUÇÃO CVM nº 481/09

COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA NOS TERMOS DO ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, CONFORME ANEXO 24 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09.

10. Comentários dos Diretores

10.1 Os comentários a seguir referem-se às 3 últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social.

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria entende que a Companhia possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para cumprir com suas obrigações de curto e médio prazos.

Nos exercícios de 2014, 2013 e 2012 a Companhia registrou, respectivamente, prejuízo de R\$ 56,2 milhões, prejuízo de R\$ 61,1 milhões e prejuízo de R\$ 43,1 milhões. A geração de caixa operacional consolidada, medida pelo EBITDA, foi, respectivamente, de R\$ 2.420,6 milhões, R\$ 1.834,1 milhões e R\$ 1.230,9 milhões, nos mesmos períodos, demonstrando a consistência dos resultados operacionais da Companhia e de suas controladas.

Indicadores adicionais sobre as condições patrimoniais e financeiras da Companhia são apresentadas no item "10.1.b" abaixo.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando (i) hipóteses de resgate; e (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

O patrimônio líquido da Companhia, em 31 de dezembro de 2014, era de R\$ 3.616,5 milhões, representando um decréscimo de 2,57%, ou R\$ (95,4) milhões, em relação a 31 de dezembro de 2013, e acréscimo de 28,07%, ou R\$ 792,6 milhões, em relação a 31 de dezembro de 2012. Os prejuízos apurados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012 foram de R\$ (56,2) milhões, R\$ (61,1) milhões e R\$ (43,1) milhões, respectivamente, e foram distribuídos dividendos aos acionistas, debitados do saldo da reserva de lucros no montante de R\$ 33,9 milhões em 2014.

Não há previsão no Estatuto Social da Companhia de resgate de ações e não existe, no curto prazo, previsão ou intenção da administração da Companhia de propor a realização de tal evento.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As fontes de recursos da Companhia são provenientes de dividendos e juros sobre capital próprio recebidos de suas controladas, além de aportes de acionistas, aplicações financeiras e novos negócios.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia possui uma geração de caixa consistente pelo recebimento de dividendos, juros sobre capital próprio, receita pela concessão de avais e fianças, e eventuais aportes de capital, com o intuito de cobertura de deficiências de liquidez.

As fontes de financiamento utilizadas em 31 de dezembro de 2014 pela Companhia para investimentos de curto e longo prazo estão indicadas nos itens “10.1.d.” e “10.1. f”.

f) Níveis de endividamento e características das dívidas, indicando (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições impostas à Companhia

A Companhia possui contrato de empréstimo junto ao BNDESPAR, no valor de R\$25,5 milhões em 31 de dezembro de 2014, R\$ 38,3 em 31 de dezembro de 2013, e R\$ 51,1 milhões em 31 de dezembro de 2012, com taxa média de juros de TJLP + 4,5% ao ano e vencimento da última parcela em julho de 2018, além de um contrato de mútuo com sua controlada Nemopar S.A., sediada no Uruguai, com saldo no valor de US\$ 160 milhões em 31 de dezembro de 2014, 2013, e 2012, e vencimento em dezembro de 2020.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

NÃO APLICÁVEL.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

No exercício de 2014 a Companhia distribuiu dividendos, debitados do saldo de reservas de lucros, no montante de R\$ 33,9 milhões.

Em outubro de 2013, a Companhia recebeu da sua controlada Premesa S.A. o montante de R\$ 15,0 milhões, referente à redução capital social, com resgate de ações preferenciais.

Em abril de 2013, a Companhia realizou a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, onde foi aprovado o aumento do capital social, de R\$ 1.018,8 milhões para R\$ 1.953,4 milhões, no montante de R\$ 934,6 milhões, com adiantamento para futuro aumento de capital, mediante emissão de 17.605 mil ações ordinárias, 17.050 mil ações preferenciais Classe A e 7.290 mil ações preferenciais Classe B, todas nominativas, sem valor nominal, com os mesmos direitos e restrições das ações já existentes.

Em agosto de 2012, ocorreu a conversão de 405.569 debêntures em ações na controlada Suzano Papel e Celulose, no montante de 110.591.272 ações ordinárias nominativas e 1.113.606 ações preferenciais classe “A”, pelo valor fixado de R\$ 4,00 para cada ação convertida, totalizando R\$ 446.819 mil. Contabilmente o valor foi transferido de “Créditos a receber de partes relacionadas – Realizável a longo prazo” para “Investimentos – Permanente”.

Em junho de 2012, a Companhia subscreveu na controlada Suzano Papel e Celulose 119.605.766 ações ordinárias nominativas, 1.436.610 ações preferenciais classe “A” e 14.720 ações preferenciais classe “B”, através de Oferta Pública de ações, pelo valor fixado de R\$ 4,00 para cada ação, totalizando R\$ 484,2 milhões. Os recursos para esta aquisição foram provenientes de créditos de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital, efetuados pelos sócios.

10.2 Os comentários a seguir referem-se às 3 últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social

a) Resultados das operações da Companhia, em especial: (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; e (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

O prejuízo da Suzano Holding no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 56,2 milhões, em comparação ao prejuízo de R\$ 61,1 milhões em 31 de dezembro de 2013, e um prejuízo de R\$ 43,1 milhões em 31 de dezembro de 2012. O principal fator que contribuiu para o prejuízo de 2014, 2013 e 2012 foi o resultado da equivalência patrimonial, apurado sobre o investimento detido na controlada Suzano Papel e Celulose, decorrente do prejuízo dessa controlada. Também em 2013 houve redução do resultado financeiro líquido, influenciado pela conversão das debêntures em ações da controlada Suzano Papel e Celulose, que diminuiu o valor dos juros registrado no exercício.

	<u>2014</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Equivalência patrimonial	(34.443)	(20.661)	(24.297)
Despesas operacionais, líquidas	(28.274)	(36.065)	(44.973)
Resultado financeiro líquido (1)	(9.961)	(15.108)	20.944
Imposto de renda e contribuição social	16.443	10.757	5.242
Prejuízo do exercício	<u>(56.235)</u>	<u>(61.077)</u>	<u>(43.084)</u>
Abertura da equivalência patrimonial por controlada			
Suzano Papel e Celulose S.A.	(85.337)	(69.797)	(55.999)
Premesa S.A. e Nemonorte Imóveis e Part. Ltda.	<u>718</u>	<u>1.280</u>	<u>4.870</u>
	(84.619)	(68.517)	(51.129)
Nemopar S.A. e Nemopar Investimentos Ltd. (1)	<u>50.176</u>	<u>47.856</u>	<u>26.832</u>
	<u>(34.443)</u>	<u>(20.661)</u>	<u>(24.297)</u>

(1) Ganho sobre o investimento em moeda estrangeira, compensado com a perda financeira sobre o empréstimo externo com a controlada Nemopar S.A., influenciados pela variação cambial, e registrado no resultado financeiro líquido.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Não aplicável, devido à natureza das operações da Companhia.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Não aplicável, devido à natureza das operações da Companhia.

10.3 Comentários dos Diretores em relação aos efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado, bem como seus impactos nas demonstrações financeiras e resultados da Companhia:

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional no período em questão.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em outubro de 2013, a Companhia recebeu da sua controlada Premesa S.A. o montante de R\$ 15,0 milhões, referente à redução capital social, com resgate de ações preferenciais.

Em agosto de 2012, a Companhia converteu de 405.569 debêntures em ações na controlada Suzano Papel e Celulose, no montante de 110.591.272 ações ordinárias nominativas e 1.113.606 ações preferenciais classe "A", pelo valor fixado de R\$ 4,00 para cada ação convertida, totalizando R\$ 446,8 milhões.

Em junho de 2012, a Companhia subscreveu na controlada Suzano Papel e Celulose 119.605.766 ações ordinárias nominativas, 1.436.610 ações preferenciais classe "A" e 14.720 ações preferenciais classe "B", através de Oferta Pública de ações, pelo valor fixado de R\$ 4,00 para cada ação, totalizando R\$ 484,2 milhões. Os recursos para esta aquisição foram provenientes de créditos de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital, efetuados pelos sócios.

c) eventos ou operações não usuais

Não houve eventos ou operações não usuais no período em questão.

10.4 Os comentários a seguir referem-se aos 3 últimos exercícios sociais

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis

Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da CVM e os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo CPC, e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standard – IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* ("IASB").

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:

Não houve efeitos significativos das alterações em práticas contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012.

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalvas no parecer dos auditores independentes para os períodos apresentados.

No parecer dos auditores de 2013 e 2012 foi incluído um parágrafo de ênfase relacionado às demonstrações contábeis da Controladora, ressaltando que aqueles números não estavam em conformidade com as normas do IFRS, exclusivamente pela aplicação do método de equivalência patrimonial sobre os investimentos, visto que de acordo com as regras do IFRS, estes investimentos seriam avaliados pelo seu valor de custo ou valor justo.

10.5 Comentários dos Diretores em relação às políticas contábeis críticas da Companhia (inclusive estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros):

Políticas contábeis críticas

a) Provisões

As provisões são reconhecidas no balanço patrimonial para aquelas situações que apresentam, na data das demonstrações contábeis, risco provável de desembolso futuro, e que possam ser mensuradas com segurança. As provisões para contingências são classificadas como tributárias, previdenciárias, trabalhistas e cíveis.

b) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração, para determinação do valor a ser registrado nessas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: a análise de recuperação dos valores investidos; o imposto de renda e contribuição social diferidos não reconhecidos; as taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos; e a necessidade de provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

10.6 Comentários dos Diretores sobre controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:

a) Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Para auditar os resultados e a eficácia dos controles internos e práticas contábeis, a Companhia recorre a auditorias internas e externas. Desde 1º de janeiro de 2012 os serviços de auditoria independente são prestados pela KPMG Auditores Independentes, cujos trabalhos possibilitam o aprimoramento dos controles internos, em especial os relacionados com aspectos fiscais, contábeis e de tecnologia da informação.

A área de auditoria interna, por sua vez, contribui significativamente para o aprimoramento dos processos e direcionamento das oportunidades de melhoria identificadas por meio de planos de ação tratados com prioridade pelas áreas. Além disto, tanto o plano de auditoria como o resultado das respectivas auditorias são apresentados para a Administração da Companhia.

Dessa forma, os Diretores acreditam que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações contábeis é satisfatório e está atenta às novas tecnologias e investimentos em seus controles a fim de aprimorá-los cada vez mais.

b) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Os auditores externos da Companhia, durante a execução de seus trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis, identificaram necessidade de aprimoramento em determinados controles internos e fizeram recomendações à Administração, sendo que tais recomendações não representam deficiências que possam impactar significativamente as demonstrações contábeis da Companhia.

10.7 Comentários dos Diretores acerca dos aspectos referentes a eventuais ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários:

a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não aplicável.

b) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável.

c) Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável.

10.8 Descrição dos Diretores sobre os itens relevantes não evidenciados nas últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social da Companhia:

a) Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial, tais como: (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; (ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; (iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; (iv) contratos de construção não terminada; e (v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Companhia não possui nenhum ativo ou passivo material que não esteja refletido em suas Demonstrações Financeiras. Todas as suas participações em subsidiárias ou relacionamentos com as mesmas encontram-se registrados nas Demonstrações Financeiras.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

10.9 Comentários dos Diretores sobre cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8:

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não aplicável.

b) Natureza e propósito da operação

Não aplicável.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação
Não aplicável.

10.10 Comentários dos Diretores sobre os principais elementos do plano de negócios da Companhia:

a) Investimentos (inclusive descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos, fontes de financiamento dos investimentos e desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos)
Não há previsão de investimentos para a Companhia.

b) Aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia
Não aplicável.

c) Novos produtos e serviços (inclusive descrição das pesquisas em andamento já divulgadas, montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços, projetos em desenvolvimento já divulgados e montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços)
Não aplicável, devido à natureza das operações da Companhia.

10.11 Comentários dos Diretores sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

PARA FINS DO ARTIGO 9º, §1º, II DA INSTRUÇÃO CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009

Proposta de destinação do lucro líquido do exercício, conforme Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481/09.

ANEXO 9-1-II

A Companhia apurou prejuízo no exercício em 2014. Conforme decisão do Colegiado de 27/09/2011 (Processo CVM RJ2010-14687), as companhias que apurarem prejuízo no exercício ficam dispensadas da apresentação das informações indicadas no Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481/09.

PARA FINS DO ARTIGO 10 DA INSTRUÇÃO CVM nº 481/09

Informações dos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência, conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09.

12.6 Candidatos a administradores e membros do conselho fiscal:

Conselho de Administração:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Nome:	Boris Tabacof
Idade:	86 anos
Profissão:	Engenheiro
CPF:	000.616.035-20
Cargo a ser ocupado:	Presidente do Conselho de Administração
Data prevista de eleição:	30.04.2015
Data prevista da posse:	08.05.2015
Prazo do mandato:	Até a AGO de 2016
Outros cargos ou funções exercidos no emissor:	—
Indicado pelo controlador:	Sim

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Nome:	Claudio Thomaz Lobo Sonder
Idade:	72 anos
Profissão:	Engenheiro
CPF:	066.934.078-20
Cargo a ser ocupado:	Vice-Presidente do Conselho de Administração
Data prevista de eleição:	30.04.2015
Data prevista da posse:	08.05.2015
Prazo do mandato:	Até a AGO de 2016
Outros cargos ou funções exercidos no emissor:	Diretor Vice-Presidente Executivo
Indicado pelo controlador:	Sim

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Nome:	Edgar Gleich
Idade:	68 anos
Profissão:	Engenheiro
CPF:	184.011.558-00
Cargo a ser ocupado:	Membro do Conselho de Administração
Data prevista de eleição:	30.04.2015
Data prevista da posse:	08.05.2015
Prazo do mandato:	Até a AGO de 2016
Outros cargos ou funções exercidos no emissor:	—
Indicado pelo controlador:	Não

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Nome:	Antonio de Souza Corrêa Meyer
Idade:	68 anos
Profissão:	Advogado
CPF:	215.425.978-20
Cargo a ser ocupado:	Membro do Conselho de Administração
Data prevista de eleição:	30.04.2015
Data prevista da posse:	08.05.2015
Prazo do mandato:	Até a AGO de 2016
Outros cargos ou funções exercidos no emissor:	—
Indicado pelo controlador:	Sim

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Nome:	Marcos Sampaio de Almeida Prado
Idade:	64 anos
Profissão:	Administrador de empresas
CPF:	095.833.608-30
Cargo a ser ocupado:	Membro do Conselho de Administração
Data prevista de eleição:	30.04.2015
Data prevista da posse:	08.05.2015
Prazo do mandato:	Até a AGO de 2016
Outros cargos ou funções exercidos no emissor:	—
Indicado pelo controlador:	Sim

CONSELHO FISCAL	
Nome:	José Carlos Garbes
Idade:	56
Profissão:	Economista
CPF:	005.994.128-60
Cargo a ser ocupado:	Membro do Conselho Fiscal (membro efetivo)
Data prevista de eleição:	30.04.2015
Data prevista da posse:	08.05.2015
Prazo do mandato:	Até a AGO de 2016
Outros cargos ou funções exercidos no emissor:	N/A
Indicado pelo controlador:	Sim

CONSELHO FISCAL	
Nome:	Ricardo Scalzo
Idade:	63 anos
Profissão:	Físico
CPF:	370.933.557-49
Cargo a ser ocupado:	Membro do Conselho Fiscal (membro efetivo)
Data prevista de eleição:	30.04.2015
Data prevista da posse:	08.05.2015
Prazo do mandato:	Até a AGO de 2016
Outros cargos ou funções exercidos no emissor:	N/A
Indicado pelo controlador:	Sim

CONSELHO FISCAL	
Nome:	Heraldo Gilberto de Oliveira
Idade:	50 anos
Profissão:	Contador
CPF:	454.094.479-72
Cargo a ser ocupado:	Membro do Conselho Fiscal (membro efetivo)
Data prevista de eleição:	30.04.2015
Data prevista da posse:	08.05.2015
Prazo do mandato:	Até a AGO de 2016
Outros cargos ou funções exercidos no emissor:	N/A
Indicado pelo controlador:	Não

CONSELHO FISCAL	
Nome:	Marcelo Curti
Idade:	53 anos
Profissão:	Economista
CPF:	036.305.588-60
Cargo a ser ocupado:	Membro do Conselho Fiscal (membro suplente)
Data prevista de eleição:	30.04.2015
Data prevista da posse:	08.05.2015
Prazo do mandato:	Até a AGO de 2016
Outros cargos ou funções exercidos no emissor:	N/A
Indicado pelo controlador:	Sim

CONSELHO FISCAL	
Nome:	Marcelo Meth
Idade:	57 anos
Profissão:	Economista
CPF:	596.424.677-04
Cargo a ser ocupado:	Membro do Conselho Fiscal (membro suplente)
Data prevista de eleição:	30.04.2015
Data prevista da posse:	08.05.2015
Prazo do mandato:	Até a AGO de 2016
Outros cargos ou funções exercidos no emissor:	N/A
Indicado pelo controlador:	Sim

CONSELHO FISCAL	
Nome:	Guillermo Oscar Braunbeck
Idade:	42 anos
Profissão:	Economista
CPF:	106.627.498-39
Cargo a ser ocupado:	Membro do Conselho Fiscal (membro suplente)
Data prevista de eleição:	30.04.2015
Data prevista da posse:	08.05.2015
Prazo do mandato:	Até a AGO de 2016
Outros cargos ou funções exercidos no emissor:	N/A
Indicado pelo controlador:	Não

Conselho Fiscal:

Nos termos do Art. 161, §§ 2º da Lei nº 6.404/76 e do Art. 28 do Estatuto Social da Companhia, o Conselho Fiscal foi instalado na Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 27 de fevereiro de 2015, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2015.

Diretoria:

Nos termos do Art. 142, II, da Lei nº 6.404/76 e do Art. 20, "b" do Estatuto Social da Companhia, os membros da Diretoria serão eleitos de acordo com deliberação tomada em Reunião do Conselho de Administração, a qual ocorrerá após a eleição de seus membros na Assembleia Geral Ordinária da Companhia a realizar-se em 30 de abril de 2015.

12.7 Membros dos comitês estatutários, comitês de auditoria, comitês de risco, comitês financeiro e comitê de remuneração:

A Companhia não tem comitês estatutários e não haverá eleição de comitês na Assembleia Geral Ordinária da Companhia a realizar-se em 30 de abril de 2015.

12.8 a) Currículos dos administradores indicados pelos acionistas controladores:

Conselho de Administração

BORIS TABACOF, nascido em 28 de julho de 1928, graduou-se em engenharia civil pela Escola Politécnica da Universidade da Bahia. O Sr. Boris Tabacof foi Secretário da Fazenda do Estado da Bahia de 1965 a 1970 (administrações de Lomanto Jr. e Luiz Vianna Filho) e professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Católica de Salvador até 1970. De 1970 a 1975, foi Diretor Superintendente do Grupo Financeiro Safra e em 1989, foi eleito Presidente do Banco do Estado de São Paulo - BANESPA. Entre 2006 e 2009 foi membro do Conselho de Administração da EMBRAER - Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. Foi, também, *chairperson* do *Advisory Committee on Paper and Wood Products* da Organização de Alimentos e Agricultura das Nações Unidas em Roma, membro do Comitê Empresarial Permanente do Ministério de Relações Exteriores e Presidente do Conselho Superior de Economia da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – “FIESP”. Com relação às sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, o Sr. Boris ocupou e/ou ocupa os seguintes cargos: (a) em 1975 foi eleito pela primeira vez diretor de sociedade integrante do grupo econômico da Companhia, tendo atuado como diretor de 1975 a 1988, (b) de 1988 a 1993, exerceu o cargo de Diretor Superintendente da Companhia, na época denominada Nemofeffer S.A., (c) de 2001 a abril de 2013, atuou como Vice-Presidente do Conselho de Administração da Suzano Papel e Celulose S.A., nossa controlada e companhia aberta cuja principal atividade é a fabricação, comércio, importação e exportação de celulose, papel e de outros produtos oriundos da transformação de essências florestais; (d) de 2001 a abril 2013, foi Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia e desde abril de 2013, é Presidente do Conselho de Administração; (e) de 2004 a abril de 2013 foi Vice-Presidente do Conselho de Administração da IPLF Holding S.A. e desde abril de 2013, é Presidente do Conselho de Administração da IPLF Holding S.A., companhia controlada pelos acionistas controladores da Companhia e cuja principal atividade é a participação em outras sociedades; (f) desde 1991, é membro do Conselho Curador da Fundação Filantrópica Arymax, associação cuja atividade principal é a promoção, apoio e desenvolvimento de atividades ligadas a interesses sociais; (g) desde 2002, é membro do Conselho Superior do Instituto Ecofuturo - Futuro para o Desenvolvimento Sustentável; e (h) desde abril de 2013, é membro do Conselho de Administração da Polpar S.A. O Sr. Boris Tabacof atualmente também é: (i) membro do Conselho Consultivo da Associação Brasileira de Celulose e Papel – BRACELPA; (ii) membro do Conselho da Ação Comunitária do Brasil, associação de defesa dos direitos sociais; (iii) membro do Conselho de Administração do SEPACO - Serviço Social da Indústria do Papel, Papelão e Cortiça do Estado de São Paulo; (iv) membro do Conselho Deliberativo da Sociedade Israelita Hospital Albert Einstein, sociedade cuja atividade principal é o atendimento hospitalar; (v) membro do Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças – IBEF (Rio de Janeiro); e (vi) Vice-Presidente do Conselho Superior de Economia da FIESP.

CLAUDIO THOMAZ LOBO SONDER, nascido em 25 de abril de 1942, graduou-se em Engenharia Química e em Ciências Econômicas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e cursou extensão universitária em Munique, na Alemanha, e em Boston, nos Estados Unidos da América. O Sr. Cláudio tem 40 anos de experiência profissional em empresas dos setores químico e farmacêutico. Entre 1983 e 1993 foi Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Hoechst do Brasil Química e Farmacêutica S.A. Com relação às sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, ocupou e/ou ocupa os seguintes cargos: (a) desde 2010, é Diretor Vice-Presidente Executivo e, desde abril de 2013, é Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia; (b) desde 2002 é membro do Conselho de Administração da Suzano Papel e Celulose (sendo Vice-Presidente desde 2013), nossa controlada e companhia aberta cuja principal atividade é a fabricação, comércio, importação e exportação de celulose, papel e de outros produtos oriundos da transformação de essências

florestais; desde 2006, é coordenador do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia e membro do Comitê de Auditoria da Suzano Papel e Celulose; e desde 2012, é membro do Comitê de Gestão da Suzano Papel e Celulose, sendo responsável, respectivamente, pela (i) orientação geral dos negócios sociais; (ii) coordenação da assessoria relacionada ao planejamento estratégico e de sustentabilidade da companhia; (iii) assessoria relacionada à análise das demonstrações financeiras, desenvolvimento dos controles internos e fiscalização das auditorias interna e externa da companhia; e (iv) análise referente à distribuição da remuneração anual dos administradores; (c) desde abril de 2013, é Vice Presidente do Conselho de Administração e Diretor Vice Presidente Executivo da IPLF Holding S.A., companhia controlada pelos acionistas controladores da Companhia e cuja principal atividade é a participação em outras sociedades; (d) desde 2010, é Diretor da Polpar S.A., companhia aberta controlada pelos acionistas controladores da Companhia, cuja principal atividade é a participação em outras sociedades, sendo responsável pela gestão e planejamento estratégico da companhia; (e) desde 2011, é Diretor da Alden Desenvolvimento Imobiliário Ltda.; (f) desde 2010, é membro do Conselho Diretor e do Conselho Superior do Instituto Ecofuturo - Futuro para o Desenvolvimento Sustentável; (g) de 2011 a 2014, foi membro do Conselho de Administração, e desde outubro de 2014, é diretor da HES Participações S.A.; (h) desde 2011, é membro do Conselho Curador da Fundação Filantrópica Arymax, associação cuja atividade principal é a promoção, apoio e desenvolvimento de atividades ligadas a interesses sociais. O Sr. Claudio Sonder atualmente também é (i) desde 2013, é Vice-Presidente do Conselho de Administração das Lojas Renner S.A., companhia aberta cuja principal atividade é o comércio através de lojas de departamentos e magazines; (ii) membro do Conselho de Administração do Grupo RBS S.A., companhia cuja atividade principal é a comunicação multimídia através de emissoras de televisão, rádio, jornais e portal na internet; e (iii) Vice-Presidente do Conselho Deliberativo da Sociedade Israelita Hospital Albert Einstein, sociedade cuja principal atividade é o atendimento hospitalar.

EDGAR GLEICH, nascido em 11 de agosto de 1946, foi membro Suplente do Conselho de Administração de empresas do Grupo Klabin S.A., Gerente de Controladoria da Metal Leve S.A., Diretor da Falkenburg Indústria de Produtos Alimentícios Ltda., Vice-Presidente do Conselho de Administração de Dixie-Toga S.A., Membro do Conselho Deliberativo do FUNBIO, Membro do Conselho Deliberativo do Hospital Albert Einstein e membro do Conselho de Administração da Cinemark S.A. Desde abril de 2013, é (i) membro do Conselho de Administração da Companhia, e (ii) membro do Conselho de Administração da IPLF Holding S.A., companhia controlada pelos acionistas controladores da Companhia e cuja principal atividade é a participação em outras sociedades. Também é Co-Fundador e atual Presidente do Conselho Deliberativo do Instituto George Mark Klabin. Edgar Gleich declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos, não esteve sujeito (a) qualquer condenação criminal, (b) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, ou (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

ANTONIO DE SOUZA CORRÊA MEYER, nascido em 13 de Agosto de 1946, o Sr. Antonio Meyer é graduado em Direito pela Universidade de São Paulo. É membro do Conselho de Administração da Companhia. É sócio fundador do escritório Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados, onde trabalha até hoje. Nos últimos 5 anos, atuou como: (i) membro do Conselho de Administração da Companhia e da IPLF Holding S.A. desde 2013; (ii) membro do Conselho de Administração da Suzano Papel e Celulose; (iii) Conselheiro do Instituto dos Advogados de São Paulo - IASP; (iv) membro da Diretoria Executiva do CESA - Centro de Estudos das Sociedades de Advogados; e (v) membro do Conselho de Administração da ICC Brasil International Chamber of Commerce e do respectivo comitê de Arbitragem. Faz, também, parte dos Conselhos Consultivo e Curador da Fundação Faculdade de Medicina de São Paulo, Conselho Superior de Assuntos Jurídicos e Legislativos (CONJUR) da FIESP e da Câmara de Mediação e Arbitragem da CIESP- FIESP e Conselheiro do Instituto de Oncologia de São

Paulo, Hospital Otavio Frias de Oliveira. Foi Diretor e Presidente da Associação dos Advogados de São Paulo (AASP); Conselheiro Legal e Presidente do Comitê Legislativo da American Chamber of Commerce for Brazil (entre 1987 e 1989); Diretor da Câmara Americana do Brasil e membro do Comitê Legislativo da Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA); Presidente do CESA - Centro de Estudos das Sociedades de Advogados (2006/2008). Exerceu as funções públicas de Secretário da Justiça e de Secretário da Segurança Pública do Governo do Estado de São Paulo. Condecorado com o Colar do Mérito Judiciário, outorgado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. É membro da International Bar Association; da Ordem dos Advogados do Brasil e Instituto dos Advogados de São Paulo. Não ocupou outros cargos de administração em companhias abertas.

MARCOS SAMPAIO DE ALMEIDA PRADO, nascido em 23 de fevereiro de 1951, é graduado em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas. Atua há 40 anos na prestação de consultoria societária, fiscal e financeira de empresas de médio e grande porte, notadamente em companhias abertas. Nos primeiros vinte anos, atuou pela Arthur Andersen, sendo dez anos como sócio-diretor e os últimos vinte anos pela Almeida Prado, Paes, Caruso e Colauto Consultoria Empresarial. Desde abril de 2013, é membro do Conselho de Administração da Companhia e da IPLF Holding S.A., companhia controlada pelos acionistas controladores da Companhia e cuja principal atividade é a participação em outras sociedades. Também é membro do Conselho de Administração da MMC Automotores do Brasil Ltda. e da SVB Automotores do Brasil Ltda. e membro do Conselho Fiscal da JSL S.A.

Conselho Fiscal

RICARDO SCALZO nascido de 1951, é licenciado em Física pela Universidade Federal do Rio de Janeiro desde 1974. Ingressou nesse mesmo ano na Arthur Andersen S&C como assistente de auditoria. Ao longo de sua carreira de cerca de 8 anos realizou trabalhos de auditoria e prestou consultoria em empresas de ramos de atividade e portes diversificados. Em 1982, já na função de gerente de auditoria e consultoria financeira da Arthur Andersen, foi convidado a trabalhar no Banco de Investimentos Garantia S.A. com a missão de implantar e gerenciar a área de auditoria e controle corporativo. Durante todo o período em que permaneceu no Banco de Investimentos Garantia S.A esteve subordinado diretamente à presidência. Participou ativamente na consecução de diversas transações de natureza corporativa e societária, destacando-se as aquisições das Lojas Americanas S.A. e da Companhia e Cervejaria Brahma, constituição da AmBev e alienação do Banco para terceiros em 1998. Imediatamente após à alienação do Banco, foi atuar com os seus ex-sócios majoritários, na qualidade de consultor em tempo integral, trabalhando, especialmente, no gerenciamento e na administração das diversas empresas *holding* pertencentes aos mesmos. Permaneceu com tais atribuições até 2005. Atualmente, é consultor independente e conselheiro fiscal certificado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC em 2009. Atua como membro titular do conselho fiscal das seguintes empresas: Lojas Americanas S.A (desde a implantação do conselho fiscal em 1999), ALL-América Latina Logística S.A. (desde 2004); Magnesita Refratários S.A (desde 2008); Tecnisa S.A. (desde 2007); Kroton Educacional S.A (desde 2011); BHG Hóteis S.A (desde 2011); Maringá S.A. Cimento Ferro e Liga (desde 2013); e Aliance Shopping Center S/A (desde 2014). Foi, ainda, conselheiro fiscal das seguintes empresas: Companhia e Cervejaria Brahma AmBev (1992 a 2003); Contax S.A. (2005 a 2007); Hopi Hari (2000 a 2008); Companhia Energética do Maranhão – CEMAR (2007); Equatorial Energia S.A. (2007); Beneficência Médica Brasileira S.A- Hospital São Luiz (2008 a 2012); e São Carlos Participações S.A. (2013).

JOSÉ CARLOS GARBES, nascido em 20 de maio de 1958, graduou-se em Economia pela Faculdade de Economia São Luís e ocupou diversos cargos no Grupo Suzano nas duas últimas décadas. Entre 2002 e 2006, foi Gerente de Controladoria da Suzano Papel e Celulose S.A., sendo anteriormente responsável pela Área de Relações com Investidores, companhia de capital aberto controlada pela Companhia. Entre 2006 e 2011, foi Diretor Financeiro e Administrativo da Ripasa Papel e Celulose S.A, transformada em 2009 no Conpacel, consórcio constituído pela Suzano Papel e Celulose S.A. e Votorantim Celulose e Papel S.A. sendo posteriormente adquirido pela Suzano Papel e Celulose S.A. Como Diretor do Conpacel era responsável pelas áreas de Controladoria, Contas a Pagar, Recursos Humanos e Serviços Administrativos, Tecnologia da Informação, Jurídico, bem como Suprimentos e Logística. Entre 2011 e 2012, auxiliou no planejamento tributário e projetos especiais da Suzano Papel e Celulose S.A. Entre 2012 e 2013, foi Diretor Financeiro da Usinas Itamarati, responsável junto à acionista pela negociação para alienação das operações dos negócios de açúcar e álcool e terras, desenvolvimento de estratégias de reestruturação do passivo bancário e tributário e análises de viabilidade de equalização de fluxo de caixa. O Sr. José Carlos é também associado na AFL Consultores Associados, empresa especializada em serviços de consultoria tributária.

HERALDO GILBERTO DE OLIVEIRA é formado em Administração e Ciências Contábeis e é mestre em Contabilidade e Controladoria pela FEA – USP (Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade). Atualmente é (i) coordenador da área de projetos da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras – FIPECAFI desde 1997; e (ii) membro independente do Conselho de Administração e Presidente do Comitê de Auditoria do Banco Industrial e Comercial S.A. – BICBANCO desde 2009, sendo seu membro qualificado perante o Banco Central. Atua como assistente técnico pericial em questões envolvendo matérias contábil, societária e tributária, em processos administrativos, judiciais e arbitragens. Foi auditor independente entre 1984 e 1995 (Directa BDO), bem como professor da FEA – USP no âmbito do Programa de Aperfeiçoamento do Ensino e de cursos de graduação e pós graduação nas áreas de contabilidade, auditoria e mercado de capitais. Atuou como membro do Conselho de Administração e coordenador do Comitê de Auditoria (membro especialista em Contabilidade e Finanças) do Banco Nossa Caixa S/A entre 2007 e até a realização da operação da Nossa Caixa com o Banco do Brasil. Foi membro do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP entre 2009 e 2013.

MARCELO METH se formou-se em Economia pela Universidade Cândido Mendes em 1983, em Contabilidade pela Universidade Santa Úrsula em 1991 e em Direito pela Universidade Paulista em 2004. Fez especialização em Administração com Ênfase em Controladoria - Faculdade de Economia São Luis (SP) e atualmente faz MBA na USP, especialização em IFRS. Teve uma trajetória profissional hierárquica ascendente, iniciando como trainee na Auditoria Interna da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, alcançando o cargo de controller nas holdings de algumas empresas, dentre as quais: Grupo Garantia, GP Investments, Ambev, Lojas Americanas, e São Carlos Empreendimentos Imobiliários, entre outros, e também wfoi sócio diretor da RB Capital. Atuou como sócio gerente da empresa Soldo Serviços de Contabilidade Ltda. entre 2001 e 2009, prestando consultoria nas áreas contábil, fiscal, financeira e administrativa para diversas empresas e tendo como principais clientes: São Carlos Empreendimentos Imobiliários, GP Investimentos e Holdings de investimentos nas Lojas Americanas e AmBev entre outras. Atuou como membro efetivo do Conselho Fiscal do Hopi Hari, Membro Titular do Conselho Fiscal da Centrais Elétricas do Maranhão - Cemar S.A. (empresa do ramo de geração e distribuição de energia) e Membro Suplente do Conselho Fiscal das Lojas Americanas S.A. (empresa do ramo de varejo). Atualmente é (i) membro Suplente do Conselho Fiscal da ALL - América Latina Logística; e (ii) sócio diretor de empresas do Grupo RB Capital (empresa independente que desenvolve soluções inovadoras no mercado de capitais).

MARCELO CURTI é economista formado pela Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP), com pós-graduação em administração de empresas também pela FAAP. É sócio-diretor da Rio Branco Consultores Associados desde julho de 2009 e da Maiol Assessoria em Gestão Empresarial desde 2003. É membro do Conselho Fiscal da Duke Energy International e da Geração Paranapanema S.A. desde 2009; da Fazenda São Joaquim (loteamento condominial) desde 2012, e da Hypermarcas S.A. e da Cosan S.A. – Indústria e Comércio desde 2013. Além disso, participa do Conselho Fiscal da Tucça Associação para Crianças e Adolescentes com Câncer, como voluntário. Foi diretor estatutário do Banco Safra, Banco J. Safra (áreas de Planejamento e Controle, RH, Administrativa, Controladoria e Auditoria) entre 1981 e 2008, tendo como principal objetivo a apuração e avaliação dos resultados gerenciais dos produtos e serviços do Banco. Foi membro do Comitê Executivo do Banco J. Safra e Diretor estatutário responsável pela gestão de diversas áreas de 2003 a 2006. Foi diretor no Shopping Vila Olímpia como representante da Brookfield Shopping Center e da Taubaté Nova Fronteira Ltda. Participou do Comitê de Auditoria do Banco J. Safra S.A. entre 2003 e 2008, atuando na representação junto ao Banco Central do Brasil. Participou também do Comitê de Auditoria da BCP SP S.A. entre 1998 e 2003. Foi presidente dos conselhos de administração da BCP SP S.A. entre 1998 e 2003 e da BSE NE S.A. entre 1998 e 2003. Atuou também no Conselho de Administração da Verbier Representações e Participações.

GUILLERMO OSCAR BRAUNBECK é formado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP e é doutor em Controladoria e Contabilidade pela FEA – USP. Atualmente é (i) conselheiro fiscal suplente da Via Varejo S.A. (entidade administradora de duas importantes varejistas brasileiras, Casas Bahia e Ponto Frio) desde 2014; e (ii) sócio-administrador da Laplane – Consultoria Econômica Ltda. (pessoa jurídica através da qual são desenvolvidos projetos de consultoria empresarial, fundamentalmente de emissão de notas técnicas, estudos e pareceres em temas de contabilidade e finanças) desde 2009. Foi aprovado em concurso público em 2014 para exercer o cargo de Professor Doutor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária (FEA/USP) no Departamento de Contabilidade e Atuária. É também professor e pesquisador atuante nas disciplinas de Contabilidade Empresarial, Relatórios Financeiros, Contabilidade Internacional e Governança Corporativa em curso de especialização e MBA da Fipecafi, bem como consultor em projetos de gestão, finanças e contabilidade desde 2008. Foi assistente, supervisor e gerente de auditoria da Arthur Andersen S/C entre 1994 e 2001. Atuou como Gerente de Riscos e Auditoria Interna Ombudsman (ouvidor-geral) da Votorantim Celulose e Papel S.A. (atual Fibria) des 2002 até 2005. Foi sócio-diretor atuante nas áreas de *Assurance*, Consultoria Contábil e Governança Corporativa do Hirashima & Associados entre 02/2005 e 01/2009. Atuou como conselheiro fiscal suplente e conselheiro especialista em finanças suplente do conselho fiscal nas funções de *Audit Committee* nos termos da *Sarbanes-Oxley Act* da Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (Embraer) des 2005 até 2010. Foi gerente de projetos responsável por projetos educacionais de disseminação das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) no International Accounting Standards Board (IASB) entre 09/2011 e 08/2014.

- b) Os candidatos indicados para os cargos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia não estiveram sujeitos, nos últimos 5 (cinco) anos, aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

12.9 Relações conjugais, uniões estáveis ou parentesco até o segundo grau existentes entre:

a) Candidatos a administradores e administradores da Companhia
--

Não há relação conjugal, união estável ou parentesco entre os candidatos a administradores e os administradores da Companhia.

b) Candidatos a administradores da Companhia e administradores de controladas diretas ou indiretas da Companhia

Suzano Papel e Celulose S.A.

Não há relação conjugal, união estável ou parentesco entre os candidatos a administradores e os administradores da Companhia e administradores de controladas diretas e indiretas.

c) Candidatos a administradores da Companhia ou de suas controladas diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos da Companhia

Relações entre administradores e controladores da Companhia

Não há relação conjugal, união estável ou parentesco entre os candidatos a administradores da Companhia e controladores da Companhia.

Relações entre (i) administradores de controladas diretas ou indiretas da Companhia e (i) controladores diretos ou indiretos da Companhia

Os Srs. David Feffer, Daniel Feffer e Jorge Feffer, membros do grupo de controle da Companhia, são também, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e membro do Conselho de Administração da Suzano Papel e Celulose S.A., uma controlada da Companhia.

O Sr. David Feffer, membro do grupo de controle da Companhia, é também Diretor Presidente da Nemonorte Imóveis e Participações Ltda., uma controlada da Companhia.

Os Srs. Daniel Feffer, David Feffer e Jorge Feffer, membros do grupo de controle da Companhia, são também, respectivamente, Diretor Presidente, Diretor Vice-Presidente e Diretor da Premesa S.A., uma controlada da Companhia.

Os Srs. David Feffer e Daniel Feffer, membros do grupo de controle da Companhia, são Diretores da Nemopar S.A.

d) Candidatos a administradores da Companhia e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia

A Companhia não possui sociedades controladoras diretas ou indiretas.

12.10 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre candidatos a administradores da Companhia e:

a) Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia

O Sr. Marcos Sampaio de Almeida Prado, através da empresa Almeida Prado, Paes, Caruso e Colauto Consultoria Empresarial da qual é sócio, presta serviço de consultoria societária, fiscal e financeira à Companhia e empresas do grupo.

O Sr. Antonio de Souza Corrêa Meyer, membro do Conselho de Administração da Companhia, é sócio co-fundador do escritório de advocacia Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados, que presta serviços advocatícios eventuais para a Companhia e Suzano Papel e Celulose S.A., sua controlada.

b) Controlador direto ou indireto da Companhia

Não há relação de subordinação, prestação de serviço ou controle entre os candidatos a administradores da Companhia e controlador direto ou indireto da Companhia.

c) Fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras, ou controladas de alguma dessas pessoas, caso relevantes.

Não existe relação de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre candidatos a administradores da Companhia e fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras, ou controladas de alguma dessas pessoas.

PARA FINS DOS INCISOS I E II DO ARTIGO 12 DA INSTRUÇÃO CVM nº 481/09

PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

É proposta a fixação da verba global anual destinada à remuneração dos administradores da Companhia no montante de até R\$ 23.000.000,00 (vinte e três milhões de reais), a ser distribuída entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia, observado o disposto na legislação em vigor e no Estatuto Social. O montante proposto considera as responsabilidades dos administradores, o tempo dedicado às funções, a competência, a reputação profissional e o valor de seus serviços no mercado.

O montante acima compreende (a) até R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) correspondentes à remuneração dos membros do Conselho de Administração, nos termos do Art. 162, §3º da Lei nº 6.404/76; e (b) até R\$ 22.000.000,00 (vinte e dois milhões de reais) correspondentes à remuneração fixa e variável dos membros da Diretoria, sendo certo que a remuneração fixa individual é compatível com os valores pagos aos executivos de empresas do mesmo porte, enquanto a remuneração variável correspondente ao bônus e ao incentivo de longo prazo e tem o seu pagamento vinculado ao cumprimento de metas pré-estabelecidas, baseadas no desempenho da Companhia. Deste modo, o pagamento da remuneração variável é equivalente ao cumprimento parcial ou total das metas pré-estabelecidas, podendo, inclusive, não ser devida, na hipótese de as metas não serem atingidas. O montante proposto também contempla os valores correspondentes aos tributos e encargos incidentes sobre a remuneração e de responsabilidade da Companhia, e, ainda, benefícios de qualquer natureza estão incluídos nos referidos valores.

O montante proposto refere-se à verba máxima total a ser despendida pela Companhia com a remuneração de seus administradores no período compreendido entre os meses de abril de 2015 e março de 2016.

**INFORMAÇÕES DO ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, CONFORME ANEXO 24 DA
INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09**

13. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

13.1 Política e prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração:

<p>a) Objetivos da política ou prática de remuneração</p> <p>Nossa política de remuneração tem por objetivo atrair e reter profissionais na Companhia que tenham alinhamento com nossos princípios e valores e com os objetivos dos acionistas.</p> <p>Para tanto, pautamos nossa política pelo acompanhamento do ambiente externo e comparamos anualmente nossa grade salarial com mercados de referência, composto por empresas concorrentes nos segmentos em que atuamos, multinacionais brasileiras, empresas de capital aberto ou que possuam estratégia de remuneração similar àquela que praticamos.</p> <p>Nossa estratégia de remuneração indica que queremos nos posicionar acima mediana de nosso mercado de referência na remuneração total para que, com isto, possamos atingir nossos objetivos de atração e retenção dos profissionais de alto nível que ajudarão a Companhia a entregar e superar os resultados planejados.</p> <p>Praticamos também, com relação à remuneração variável, a participação nos lucros e resultados alicerçada por metas que estejam alinhadas à estratégia da Companhia e que sejam adequadas para cada parcela dos nossos colaboradores.</p> <p>Para alguns colaboradores que tenham responsabilidade direta ou indireta e ativa na estratégia de longo prazo da Companhia, oferecemos ainda a possibilidade de acesso a um programa de incentivo de longo prazo atrelado à valorização das ações da Companhia, do tipo <i>phantom shares</i>.</p> <p>O programa tem por objetivo estimular a expansão da Companhia e o atingimento das metas empresariais estabelecidas, a partir da criação de incentivos que visem a uma maior integração de nossos executivos, administradores e colaboradores, na qualidade de acionistas da Companhia.</p>
--

<p>b) Composição da remuneração, indicando: (i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles; (ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total; (iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração; e (iv) razões que justificam a composição da remuneração</p> <p>(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deste elementos</p> <p><u>Conselho de Administração:</u></p> <p>Os membros do Conselho de Administração fazem jus somente à remuneração fixa, a qual é estabelecida de acordo com padrões de mercado e visa recompensar, atrair e reter Conselheiros que agreguem valor aos resultados da empresa.</p> <p>Nenhum membro do Conselho de Administração participa dos programas de incentivo de longo prazo em <i>phantom Shares</i>.</p> <p><u>Diretoria</u></p> <p>Os membros da Diretoria fazem jus à remuneração fixa e variável.</p> <p>Para a remuneração variável há o incentivo de curto prazo, como forma de recompensa pelo atingimento de metas que sustentem a estratégia de curto prazo da Companhia.</p> <p>Há ainda o incentivo de longo prazo que, por meio de mecanismo de <i>phantom shares</i>, recompensa os executivos pelo atingimento de metas que dão sustentação aos objetivos estratégicos de médio e longo prazo da Companhia.</p>
--

Ambas parcelas da remuneração variável atuam no alinhamento dos executivos com os objetivos dos acionistas e com a sustentabilidade da Companhia.

Tanto a remuneração fixa quanto a variável dos membros da Diretoria são estabelecidas conforme padrões de mercado por meio de pesquisas conduzidas por renomadas consultorias especializadas no tema.

Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal receberão remuneração correspondente, para cada membro em exercício, a 10% (dez por cento) da remuneração que, em média, for atribuída a cada diretor da Companhia, excluídos os benefícios, verbas de representação e participação nos lucros atribuídos aos diretores, na forma do §3º do Art. 162 da Lei 6.404/76.

Comitês

Não há Comitês na Companhia.

(ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Conselho de Administração

Para o Conselho de Administração, 100% de sua remuneração total é paga no modelo de remuneração fixa.

Diretoria

Na Diretoria, a parcela da remuneração fixa (salários / pró-labores, benefícios diretos e indiretos e pós emprego) na remuneração total corresponde a 46%, a remuneração variável de curto prazo (bônus e participação nos resultados) corresponde a 51% e a remuneração variável de longo prazo (baseada em ações) corresponde a 2%.

Esses percentuais podem variar em função do resultado dos indicadores que direcionam a remuneração variável.

Conselho Fiscal

Para o Conselho Fiscal 100% de sua remuneração total é paga no modelo de remuneração fixa.

Esses percentuais podem variar em função do resultado dos indicadores que direcionam a remuneração variável.

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Os valores da remuneração pagos pela Companhia aos membros da Diretoria e Conselho de Administração são periodicamente comparados com os valores pagos pelo mercado, conforme diretrizes estabelecidas pela estratégia de remuneração, por meio de pesquisas realizadas por consultorias externas renomadas e especializadas no tema, de modo a apurar o grau de competitividade e, se necessário, avaliar a necessidade de se propor ajustes em algum componente da remuneração que esteja desalinhado.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

Buscamos alinhar a composição de nossa remuneração às proporções praticadas pelo mercado e estas são também dimensionadas de modo a atingir o objetivo da estratégia de remuneração quanto ao posicionamento da remuneração total acima da mediana deste mercado selecionado.

Os valores de remuneração pagos pela Companhia ao Conselho Fiscal observam o disposto no §3º do Art. 162 da Lei 6.404/76.

c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Para a parcela fixa da remuneração são consideradas pesquisas de mercado e o posicionamento relativo da remuneração frente a este mercado.

Para as parcelas variáveis são definidos indicadores que demonstrem o suporte à estratégia da Companhia.

Um exemplo de metas definidas no período são o EBITDA de empresas controladas.

d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A parcela fixa da remuneração é estruturada para um posicionamento na mediana do mercado selecionado, tendo como base pesquisas conduzidas por consultorias especializadas no tema.

A remuneração variável é estruturada de modo que somente quando atingidos níveis mínimos das metas definidas seja reconhecida remuneração variável.

Adicionalmente, a Companhia tem um programa estruturado de avaliação do alinhamento do comportamento dos membros da Diretoria, de modo a garantir o alinhamento destes aos valores e princípios éticos da empresa e esta avaliação também tem reflexo em uma parcela da remuneração variável.

e) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A Companhia busca o alinhamento das práticas de remuneração com os interesses de curto prazo por meio da atração e retenção de profissionais que agreguem valor ao seu negócio.

Para isso aplica alinhamento da remuneração fixa com um mercado selecionado.

Ainda no alinhamento de curto prazo, a Companhia monitora e reconhece, por meio da remuneração variável de curto prazo, indicadores de desempenho dos negócios em base anual.

Alguns destes indicadores também atuam no alinhamento dos interesses de médio prazo.

Os programas de incentivo de longo prazo atuam no alinhamento dos interesses de longo prazo da Companhia.

f) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Conselho de Administração

Não há.

Diretoria

Há membros da Diretoria com remuneração suportada por empresas controladas direta ou indiretamente pelos acionistas controladores da Companhia, recebida a título de honorários pela participação em Conselho de Administração e Comitês.

Conselho Fiscal

Conselho Fiscal foi instalado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 27 de fevereiro de 2015. A remuneração de seus membros é suportada integralmente pela Companhia.

Comitês

Não há Comitês na Companhia.

g) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação de controle acionário do emissor

Não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinados eventos societários.

13.2 Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2015 - Valores Anuais				
a) Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b) Nº de membros	5,00	4,00	3,00	12,00
c) Nº de membros remunerados	5,00	4,00	3,00	12,00
d) Remuneração segregada em:				
i. Remuneração fixa anual segregada em				
Salário ou pró-labore	462.000,00	6.705.478,95	351.477,00	7.518.955,95
Benefícios direto e indireto	-	672.597,97	-	672.597,97
Remuneração por participações em comitês	-	-	-	-
Outros	92.400,00	1.341.095,79	70.295,40	1.503.791,19
Descrição de outras remunerações fixas	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.	
ii. Remuneração variável segregada em				
Bônus	-	1.489.094,00	-	1.489.094,00
Participação de resultados	-	6.667.162,00	-	6.667.162,00
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	297.818,80	-	297.818,80
Descrição de outras remunerações variáveis	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.	
iii. Benefícios pós-emprego	-	58.792,80	-	58.792,80
iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do	-	-	-	-
v. Remuneração baseada em ações, incluindo opções		688.661,44		688.661,44

e) Valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	554.400,00	17.366.301,74	421.772,40	18.342.474,14
f) Total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	554.400,00	17.366.301,74	421.772,40	18.342.474,14
Observação	O número de membros do Conselho de Administração foi calculado considerando a média anual do número de membros apurado mensalmente	O número de membros da Diretoria Estatutária foi calculado considerando a média anual do número de membros apurado mensalmente	O número de membros do Conselho Fiscal foi calculado considerando a média anual do número de membros apurado mensalmente	

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2014 - Valores Anuais				
a) Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b) Nº de membros	5,00	5,33	0,00	10,33
c) Nº de membros remunerados	5,00	5,33	0,00	10,33
d) Remuneração				
i. Remuneração fixa anual segregada em				
Salário ou pró-labore	420.000,00	7.681.015,95	-	8.101.015,95
Benefícios direto e indireto	-	611.452,70	-	611.452,70
Remuneração por participações em comitês	-	-	-	-
Outros	84.000,00	1.532.664,84	-	1.616.664,84
Descrição de outras remunerações fixas	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.	
ii. Remuneração variável segregada em:				
Bônus	-	4.770.090,25	-	4.770.090,25
Participação de resultados	-	5.225.110,08	-	5.225.110,08
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	954.018,05	-	954.018,05
Descrição de outras remunerações variáveis	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.	
iii. Benefícios pós-emprego	-	53.448,00	-	53.448,00
iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do	-	-	-	-
v. Remuneração baseada em ações, incluindo opções	-	489.910,31	-	489.910,31

e) Valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	504.000,00	21.317.710,18	-	21.821.710,18
f) Total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	504.000,00	21.317.710,18	-	21.821.710,18
Observação	O número de membros do Conselho de Administração foi calculado considerando a média anual do número de membros apurado mensalmente	O número de membros da Diretoria Estatutária foi calculado considerando a média anual do número de membros apurado mensalmente	Não há conselho fiscal	

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2013 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5,00	6,00	0,00	11,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.188.747,92	8.213.725,46	0,00	9.402.473,38
Benefícios direto e indireto	0,00	360,9	0,00	
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	237.749,56	1.639.344,15	0,00	1.877.093,71
Descrição de outras remunerações fixas	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	7.030.000,00	0,00	7.030.000,00
Participação de resultados	0,00	5.871.320,00	0,00	5.871.320,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.406.000,00	0,00	1.406.000,00
Descrição de outras remunerações variáveis		INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração variável (bônus)		
Pós-emprego	0,00	52,84	0,00	52.847,28
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	984.876,99	0,00	984.876,99
Observação	O número de membros do Conselho de Administração foi calculado considerando a média anual do número de membros apurado mensalmente	O número de membros da Diretoria Estatutária foi calculado considerando a média anual do número de membros apurado mensalmente	Não há conselho fiscal	
Total da remuneração	1.426.497,48	25.559.089,77	0,00	26.985.587,25

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2012 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5,00	6,00	0,00	11,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.726.244,00	7.879.485,00	0,00	10.605.729,0
Benefícios direto e indireto	0,00	532.894,00	0,00	532.894,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	545.249,00	1.733.608,00	0,00	2.278.857,00
Descrição de outras remunerações fixas	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	5.863.755,00	0,00	5.863.755,00
Participação de resultados	0,00	4.573.280,00	0,00	4.573.280,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.172.751,00	0,00	1.172.751,00
Descrição de outras remunerações variáveis		INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração variável (bônus)		
Pós-emprego	0,00	49.771,00	0,00	49.771,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	722.388,00	0,00	722.388,00
Observação	O número de membros do Conselho de Administração foi calculado considerando a média anual do número de membros apurado mensalmente	O número de membros da Diretoria Estatutária foi calculado considerando a média anual do número de membros apurado mensalmente	Não há conselho fiscal	
Total da remuneração	3.271.493,00	22.527.932,00	0,00	25.799.425,00

13.3 Remuneração variável do último exercício social e a prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Exercício social corrente (encerrado em 31.12.2015)

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	5,00	4,00	3,00	12,00
Número de membros remunerados	0,00	4,00	0,00	4,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	1.489.094	N/A	1.489.094
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	2.233.641	N/A	2.233.641
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	1.489.094	N/A	1.489.094
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	3.296.972	N/A	3.296.972
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	6.667.162	N/A	6.667.162
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	4.693.317	N/A	4.693.317
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

Exercício social encerrado em 31.12.2014

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	5	5,33	0	10,33
Número de membros remunerados	0	5,33	0	5,33
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	4.770.090	N/A	4.770.090
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	8.290.000	N/A	8.290.000
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	4.770.090	N/A	4.770.090
Valor efetivamente reconhecido	N/A	4.770.090	N/A	4.770.090
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	3.197.248	N/A	3.197.248
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	6.061.056	N/A	6.061.056
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	5.411.652	N/A	5.411.652
Valor efetivamente reconhecido	N/A	5.225.110	N/A	5.225.110

Exercício social encerrado em 31.12.2013

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	5	6	0	11
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	5.863.755,00	N/A	5.863.755,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	7.063.755,00	N/A	7.063.755,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	7.063.755,00	N/A	7.063.755,00
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	2.794.000,00	N/A	2.794.000,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	5.668.000,00	N/A	5.668.000,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	5.259.490,00	N/A	5.259.490,00
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

Exercício social encerrado em 31.12.2012

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	5	6	0	11
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	3.491.036	N/A	3.491.036
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	5.863.755	N/A	5.863.755
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	5.863.755	N/A	5.863.755
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	4.573.280	N/A	4.573.280
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	4.573.280	N/A	4.573.280
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	4.573.280	N/A	4.573.280
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

13.4 Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

a. termos e condições gerais

Para seus principais executivos e membros chave entre seus colaboradores, a Companhia possui dois planos de incentivo de longo prazo (ILP) atrelados ao preço da ação da Suzano Papel e Celulose, subsidiária da Companhia ("SPC"), com pagamento em moeda corrente (liquidação em caixa). São eles o Plano de Ações Fantasma e o plano de apreciação do valor das ações (SAR – *Share Appreciation Right*).

- **Plano de Ações Fantasma**

São estabelecidas condições gerais para a outorga, pela Companhia, de ações fantasma a esses executivos (beneficiários), as quais são definidas em regulamentos específicos que devem ser administrados pelo comitê de remuneração (não estatutário), segundo as diretrizes e condições estabelecidas. Anualmente, o comitê de remuneração estabelece indicadores de desempenho no âmbito corporativo (condição de aquisição) que, se atingidos, configuram o direito à outorga de ações fantasma aos seus beneficiários. A determinação das quantidades de ações fantasma a serem outorgadas a cada beneficiário é definida pela divisão entre a quantidade de salários concedidos e a média aritmética das cotações de fechamento das ações preferenciais da SPC (SUZB5) negociadas nos últimos 90 pregões. As quantidades de salários concedidos são determinadas com base em (i) cumprimento de metas; (ii) quantidades discricionárias atribuídas pelo comitê de remuneração em relação ao nível de atendimento dos indicadores corporativos; e (iii) quantidades por diferimento, mediante o investimento do beneficiário de parte de sua remuneração de curto prazo, limitado a dois salários, com aporte de mesmo valor pela Companhia. São então outorgadas quantidades de ações fantasma a cada beneficiário mediante a divisão do valor total dos salários concedidos e a cotação média das ações preferenciais da SPC

(SUZB5) apuradas nos últimos 90 pregões. Para outorgas a um conjunto de executivos é aplicado um percentual atrelado ao desempenho da SPC em relação aos seus concorrentes. Depois de outorgadas, as ações fantasmas podem ser resgatadas em dinheiro pelos beneficiários desde que eles cumpram o prazo de carência estipulado (3 anos de permanência na Companhia). Para os planos com outorgas até 2013, continuam vigentes as condições estipuladas para os programas anteriores, até a data de liquidação.

- **Plano de SAR**

Para seus principais executivos e membros chave entre seus colaboradores, a Companhia passou a outorgar em 2014 o plano SAR (Share Appreciation Rights, ou Plano de Apreciação do Valor das Ações). O pagamento deste plano está atrelado ao preço da ação da SPC, com pagamento em moeda corrente (liquidação em caixa). O que diferencia este plano do plano de ILP (ações fantasmas) da Companhia é o fato de existir uma exigência de valorização mínima das ações para que o beneficiário tenha ganho. Este valor tem característica similar ao preço de exercício de opções. Por este motivo, o plano também é chamado de Plano de Opções Fantasmas. O Plano outorgado em Abril de 2014 tem preço de exercício (ou patamar mínimo de valorização das ações) que representa 20% da média dos 90 últimos pregões antes da data de outorga. A outorga foi composta de 1 lote com término da carência 3 anos após a outorga e com vencimento 6 meses após o término da carência. Uma diferença do Plano em relação aos demais está no fato do beneficiário ser convidado a participar do plano. O aceite está relacionado ao investimento de um valor que representa 5% do valor da outorga, que deve ser depositado na conta da Companhia. Assim como o plano de ILP, o ganho do beneficiário pode ser penalizado ou bonificado em razão do desempenho das ações da SPC em comparação ao desempenho das ações concorrentes.

b. principais objetivos do plano

Os programas de ILP são sistemas criados com o objetivo de:

- i. alavancar negócios e resultados, incentivando os executivos em busca de contribuições efetivas para o crescimento da empresa;
- ii. fortalecer o comprometimento com os resultados sustentáveis, compatibilizando visão do curto e longo prazo;
- iii. permitir que o crescimento da empresa proporcione uma recompensa financeira ao mesmo tempo em que compõe um fator de retenção dos principais executivos; e
- iv. estabelecer critérios de Participação nos Lucros e Resultados de Longo Prazo para executivos elegíveis.

c. forma como o plano contribui para estes objetivos

O plano contribui para os objetivos apresentados acima, por meio do alinhamento dos objetivos pessoais e financeiros dos beneficiários com os objetivos de longo prazo da Companhia.

d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O plano se insere na política de remuneração da Companhia, de modo a compor a remuneração total dos beneficiários.

Assim, em pesquisa de mercado selecionado conduzida por consultoria especializada, é avaliado o posicionamento da remuneração total dos beneficiários versus este mercado, sendo que a estratégia da Companhia é que estes estejam posicionados acima da média destes resultados.

e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

As outorgas realizadas com base nos programas de remuneração baseada em ações (ações fantasmas) alinham os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo, desde a concessão, uma vez que estes programas de remuneração baseiam-se em indicadores de desempenho e dependem da análise do comitê

de remuneração, incentivando o interesse dos administradores em trabalhar na valorização da empresa para a consequente valorização de suas ações ou opções outorgadas.

Além disso, o ciclo dos programas prevê um período de vesting (carência) para as phantom shares, de modo a estimular o interesse do beneficiário em focar em ações de gestão sustentáveis de longo prazo.

f. número máximo de ações abrangidas

Limite não aplicável, uma vez que dada a modalidade de ações fantasmas, não são emitidas / outorgadas ações existentes da Companhia – a liquidação se dá em caixa.

g. número máximo de opções a serem outorgadas

Não há na Companhia plano de Opção de Compra de Ações.

h. condições de aquisição das ações

- **Plano de Ações Fantasmas**

São elegíveis a este programa os Diretores Vice-Presidentes da Companhia. O convite em um determinado ano não é garantia de permanência no programa, sendo que os candidatos selecionados em um ano podem ou não estar na lista em anos subsequentes. O regulamento do Plano determina ainda as seguintes condições para que esses beneficiários passem a ter direito sobre o exercício das ações fantasmas (condições de aquisição e não-aquisição): i) nos programas em que for possível fazer o diferimento, no caso de desligamento por justa causa ou pedido de demissão voluntária (nestes casos, o beneficiário perderá automaticamente qualquer direito de exercer as ações fantasmas que lhe foram outorgadas, sem indenização, com exceção apenas das quantidades outorgadas por diferimento); ii) na hipótese de desligamento sem justa causa ou por aposentadoria, será antecipado o vencimento dos prazos previstos para exercício das ações fantasmas, conferido ao beneficiário o direito de exercer imediatamente a totalidade das ações fantasmas; iii) na ausência da situação (i) e (ii) acima, as condições de aquisição são consideradas plenamente satisfeitas, permitindo assim que o beneficiário exerça suas ações fantasmas nos termos definidos pelos regulamentos. Salvo nas condições de não-aquisição mencionadas acima, as ações fantasmas somente podem ser exercidas após um período de carência de um a três anos (período de aquisição) e, quando aplicável, até um período limite de seis anos a contar da data de outorga.

- **Plano de SAR**

São elegíveis a este programa os Diretores Vice-Presidentes da Companhia. O convite em um determinado ano não é garantia de permanência no programa, sendo que os candidatos selecionados em um ano podem ou não estar na lista em anos subsequentes. O regulamento do Plano determina ainda as seguintes condições para que esses beneficiários passem a ter direito sobre o exercício das SAR (condições de aquisição e não-aquisição): i) no caso de desligamento por justa causa ou pedido de demissão voluntária o beneficiário perderá automaticamente qualquer direito de exercer as Ações Fantasma que lhe foram outorgadas, sem indenização, perdendo também o valor investido para ingressar no programa; ii) na hipótese de desligamento sem justa causa ou por aposentadoria, o beneficiário receberá o valor investido para o ingresso no programa corrigido pelo índice IPCA; iii) na ausência da situação (i) e (ii) acima, as condições de aquisição são consideradas plenamente satisfeitas, permitindo assim que o beneficiário exerça suas Ações Fantasma nos termos definidos pelos regulamentos. Salvo nas condições de não-aquisição mencionadas acima, as SARs somente podem ser exercidas após um período de carência de três anos.

i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

- **Plano de Ações Fantasmas**

Não existe preço de exercício, uma vez que o plano não é baseado em opções, mas no valor das ações. Todavia, o ganho correspondente a cada *phantom share* outorgada é calculado da seguinte forma:

$Pe = [VMA + (DIV+JCP)] \times TRS$, sendo:

Pe = preço de exercício do lote original o qual foi definido na data da outorga, obedecendo aos termos do Plano.

VMA = cotação média das ações da Companhia apuradas nos últimos 90 pregões a contar da data de exercício.

DIV+JCP = corresponde aos dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos no período entre a outorga e o exercício, quando aplicável.

TRS = percentual atrelado ao desempenho da Companhia em relação a seus concorrentes que pode variar de 75% a 125%, quando aplicável.

- **Plano de SAR**

O preço de exercício, correspondente a cada SAR (opção fantasma), pelo qual os beneficiários poderão exercer sua opção, é calculado da seguinte forma:

$Pe = 20\% \times \text{Média dos últimos 90 pregões antes da data de outorga.}$

Já o valor resgatado é dado por

$\text{Resgate} = [VMA + (DIV+JCP) - Pe] \times TRS$, sendo:

Pe = preço de exercício do lote original, o qual foi definido na data da outorga, obedecendo aos termos do Plano.

VMA = cotação média, ponderada pelo volume de transações diárias, das ações da Companhia apuradas nos últimos 90 pregões a contar da data de exercício.

DIV+JCP = dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos no período entre a outorga e o exercício, quando aplicável.

TRS = percentual atrelado ao desempenho da Companhia em relação a seus concorrentes que pode variar de 75% a 125%, quando aplicável.

j. critérios para fixação do prazo de exercício

O prazo de exercício deve respeitar ao menos o ciclo que a Companhia determina como adequado para o retorno das ações dos beneficiários em forma de resultados para a Companhia.

- **Plano de Ações Fantasma**

O prazo de exercício inicia no terceiro ano após a outorga e termina no sexto ano.

- **Plano SAR**

Após três anos e meio de carência, é iniciado o prazo de exercício do plano.

k. forma de liquidação

Para as ações fantasmas, a liquidação se dá em folha de pagamento em favor do beneficiário quando satisfeitas todas as condições.

l. restrições a transferência das ações

Não há para este programa a concessão de ações da Companhia, uma vez que a liquidação é realizada em dinheiro.

m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Os planos de Incentivo de Longo Prazo poderão ser extintos, a qualquer tempo, por decisão da Diretoria da Companhia. O término da vigência do plano não afetará a eficácia das opções ainda em vigor que tenham sido outorgadas por meio do regulamento vigente.

n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado e ações

Conforme mencionado no item (h) acima, com relação às Ações Fantasma: i) nos programas em que for possível fazer o diferimento conforme explicado acima, no caso de desligamento por justa causa ou pedido de demissão voluntária, o beneficiário perderá automaticamente qualquer direito de exercer as Ações Fantasma que lhe foram outorgadas, sem indenização, com exceção apenas das quantidades outorgadas por diferimento; ii) na hipótese de desligamento, sem justa causa ou por aposentadoria, será antecipado o vencimento dos prazos previstos para exercício das Ações Fantasma, conferindo ao beneficiário o direito de exercer imediatamente a totalidade das Ações Fantasma.

No caso do SAR, em situações de desligamento por justa causa ou pedido de demissão voluntária o beneficiário perderá automaticamente qualquer direito de exercer as Ações Fantasma que lhe foram outorgadas, sem indenização, perdendo também o valor investido para ingressar no programa. Na hipótese de desligamento sem justa causa ou por aposentadoria, o beneficiário receberá o valor investido para o ingresso no programa corrigido pelo índice IPCA.

13.5 Ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

COMPANHIA		31/12/2014		
		Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Sociedade	Tipo			
Suzano Holding S.A.	Ações Ordinárias	-	12.833.469	
	Ações Preferenciais Classe A	-	12.249.431	N/A
	Ações Preferenciais Classe B	-	5.312.663	

CONTROLADAS		31/12/2014		
		Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Sociedade	Tipo			
Suzano Papel e Celulose S.A.	Ações Ordinárias	-	2.280	
	Ações Preferenciais Classe A	1.017.488	48.815.984	N/A
	Ações Preferenciais Classe B	-	-	

		31/12/2014		
		Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Sociedade	Tipo			
Premesa S.A.	Ações Ordinárias	-	31	N/A

SOCIEDADES SOB CONTROLE COMUM

		31/12/2014		
		Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Sociedade	Tipo			
IPLF Holding S.A.	Ordinárias	-	99.016.875	
	Preferenciais	-	1.161	N/A

		31/12/2014		
		Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Sociedade	Tipo			
Polpar S.A.	Ordinárias	-	13.379	N/A

13.6. Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

As informações dos Planos de Ações Fantasma (*phantom shares*) são apresentadas nas tabelas a seguir.

Não existem Ações Fantasma para o Conselho de Administração ou Conselho Fiscal. Apenas a Diretoria Estatutária é contemplada por estes planos.

PLANO DE AÇÕES FANTASMAS		Previsão para 31/12/2015		
a) Órgão	Diretoria Estatutária			
b) Número Total de Membros	4,00			
c) Número de Membros Remunerados	1			
d) Em relação a cada outorga:				
i. Data de Outorga	01/03/2011	01/03/2012	01/03/2013	
ii. Quantidade de ações fantasmas outorgada	17.180	124.607	160.827	
iii. Quantidade de ações fantasmas em aberto no início do período	17.180	35.247	43.768	
iv. Prazo para que as ações fantasmas se tornem exercíveis	3 anos após a data de outorga			
v. Prazo máximo para exercício das ações fantasmas	6 anos após a data de outorga			
vi. Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável para Ações Fantasmas			
vii. Valor médio ponderado das ações fantasma:				
em aberto no início do exercício social	R\$ 10,08	R\$ 10,08	R\$ 10,08	
perdas durante o exercício social	Não Há	Não Há	Não Há	
exercidas durante o exercício social	Não Há	Não Há	Não Há	
expiradas durante o exercício social	Não Há	Não Há	Não Há	
e) Valor justo das ações fantasmas na data da outorga	R\$ 18,64	R\$ 7,49	R\$ 6,58	
f) Diluição potencial em caso de exercício de todas as ações fantasmas	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	

PLANO DE AÇÕES FANTASMAS		Período fiscal com fim em 31/12/2014			
a) Órgão	Diretoria Estatutária				
b) Número Total de Membros	5,33				
c) Número de Membros Remunerados	2				
d) Em relação a cada outorga de Opções de compra de ações:					
i. Data de Outorga	01/03/2008	01/03/2011	01/03/2012	01/03/2013	
ii. Quantidade de ações fantasmas outorgada	11.428	17.180	124.607	160.827	
iii. Quantidade de ações fantasmas em aberto no início do período	8.832	17.180	124.607	160.827	
iv. Prazo para que as ações fantasmas se tornem exercíveis	3 anos após a data de outorga				
v. Prazo máximo para exercício das ações fantasmas	6 anos após a data de outorga				
vi. Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável para Ações Fantasmas				
vii. Valor médio ponderado das ações fantasma:					
em aberto no início do exercício social	R\$ 9,00	R\$ 9,00	R\$ 9,00	R\$ 8,94	
perdas durante o exercício social	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	
exercidas durante o exercício social	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	
expiradas durante o exercício social	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	
e) Valor justo das ações fantasmas na data da outorga	R\$ 39,06	R\$ 18,64	R\$ 7,49	R\$ 6,58	
f) Diluição potencial em caso de exercício de todas as ações fantasmas	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	

PLANO DE AÇÕES FANTASMAS				Período fiscal com fim em 31/12/2013		
a) Órgão	Diretoria Estatutária					
b) Número Total de Membros	6					
c) Número de Membros Remunerados	2					
d) Em relação a cada outorga de Opções de compra de ações:						
i. Data de Outorga	01/03/2008	01/03/2009	01/03/2010	01/03/2011	01/03/2012	01/03/2013
ii. Quantidade de ações fantasmas outorgada	11.428	23.861	16.378	17.180	124.607	160.827
iii. Quantidade de ações fantasmas em aberto no início do período	11.428	23.861	16.378	17.180	124.607	160.827
iv. Prazo para que as ações fantasmas se tornem exercíveis	3 anos após a data de outorga					
v. Prazo máximo para exercício das ações fantasmas	6 anos após a data de outorga					
vi. Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável para Ações Fantasmas					
vii. Valor médio ponderado das ações fantasma:						
em aberto no início do exercício social	R\$ 9,00	R\$ 9,00	R\$ 9,00	R\$ 9,00	R\$ 9,00	R\$ 8,94
perdidas durante o exercício social	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há
exercidas durante o exercício social	R\$ 9,00	R\$ 9,00	R\$ 9,00	Não Há	Não Há	Não Há
expiradas durante o exercício social	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há
e) Valor justo das ações fantasmas na data da outorga	R\$ 39,06	R\$ 15,11	R\$ 23,86	R\$ 18,64	R\$ 7,49	R\$ 6,58
f) Diluição potencial em caso de exercício de todas as ações fantasmas	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável

PLANO DE AÇÕES FANTASMAS		Período fiscal com fim em 31/12/2012				
a) Órgão	Diretoria Estatutária					
b) Número Total de Membros	6					
c) Número de Membros Remunerados	2					
d) Em relação a cada outorga de Opções de compra de ações:						
i. Data de Outorga	01/03/2008	01/03/2009	01/03/2010	01/03/2011	01/03/2012	
ii. Quantidade de ações fantasmas outorgada	11.428	23.861	16.378	17.180	124.607	
iii. Prazo para que as ações fantasmas se tornem exercíveis	3 anos após a data de outorga					
iv. Prazo máximo para exercício das ações fantasmas	6 anos após a data de outorga					
v. Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável para Ações Fantasmas					
Valor médio ponderado das ações fantasma:						
em aberto no início do exercício social	Nenhuma opção foi exercida no período					
perdidas durante o exercício social	Nenhuma opção foi perdida no período					
exercidas durante o exercício social	Nenhuma opção foi exercida no período					
expiradas durante o exercício social	Nenhuma opção expirou no período					
e) Valor justo das ações fantasmas na data da outorga	R\$ 39,06	R\$ 15,11	R\$ 23,86	R\$ 18,64	R\$ 7,49	
f) Diluição potencial em caso de exercício de todas as ações fantasmas	Não aplicável para Ações Fantasmas					

PLANO DE SAR		Previsão para 31/12/2015
a) Órgão	Diretoria Estatutária	
b) Número Total de Membros	4	
c) Número de Membros Remunerados	2	
d) Em relação a cada outorga:		
i. Data de Outorga	01/04/2014	
ii. Quantidade de SAR outorgada	96.573	
iii. Quantidade de SAR em aberto no início do período	96.573	
iv. Prazo para que as ações fantasmas se tornem exercíveis	3 anos após a data de outorga	
v. Prazo máximo para exercício das ações fantasmas	6 meses após o fim da carência	
vi. Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável para Ações Fantasmas	
vii. Valor médio ponderado das ações fantasma:		
em aberto no início do exercício social	R\$ 8,16	
perdidas durante o exercício social	Não Há	
exercidas durante o exercício social	Não Há	
expiradas durante o exercício social	Não Há	
e) Valor justo das ações fantasmas na data da outorga	R\$ 8,16	
f) Diluição potencial em caso de exercício de todas as ações fantasmas	Não aplicável	

PLANO DE SAR		Referente ao exercício social findo em 31/12/2014
a) Órgão	Diretoria Estatutária	
b) Número Total de Membros	5,33	
c) Número de Membros Remunerados	2	
d) Em relação a cada outorga:		
i. Data de Outorga	01/04/2014	
ii. Quantidade de SAR outorgada	96.573	
iii. Quantidade de SAR em aberto no início do período	96.573	
iv. Prazo para que as ações fantasmas se tornem exercíveis	3 anos após a data de outorga	
v. Prazo máximo para exercício das ações fantasmas	6 meses após o fim da carência	
vi. Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável para Ações Fantasmas	
vii. Valor médio ponderado das ações fantasma:		
em aberto no início do exercício social	R\$ 8,16	
perdidas durante o exercício social	Não Há	
exercidas durante o exercício social	Não Há	
expiradas durante o exercício social	Não Há	
e) Valor justo das ações fantasmas na data da outorga	R\$ 8,16	
f) Diluição potencial em caso de exercício de todas as ações fantasmas	Não aplicável	

13.7 Opções em Aberto do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ao final do último exercício social

A informações sobre o Plano de Ações Fantasmas (*Ações Fantasma*) e sobre o Plano de SAR (*Share Appreciation Rights*) são apresentadas na tabela a seguir.

Não existe remuneração baseada em ações disponível para o Conselho de Administração ou Conselho Fiscal. Apenas a Diretoria Estatutária é contemplada por estes planos.

PLANO DE AÇÕES FANTASMAS		Período fiscal com fim em: 31/12/2014	
a) Órgão	Diretoria Estatutária		
b) Número Total de Membros	5,33		
c) Número de Membros Remunerados	1		
d) Em relação às ações fantasmas ainda não exercíveis			
i. Quantidade	96.195		
ii. Data em que se tornarão exercíveis	01/03/2014	17.180	
	01/03/2015	35.247	
	01/03/2016	43.768	
iii. Prazo máximo para exercício	01/03/2017	17.180	
	01/03/2018	35.247	
	01/03/2019	43.768	
iv. Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável para ações fantasma		
v. Preço médio ponderado de exercício	Não aplicável para ações fantasma		
vi. Valor justo das ações fantasma no último dia do exercício social	R\$ 10,08		
e) Em relação às ações fantasma exercíveis			
i. Quantidade	17.180		
ii. Prazo máximo para exercício das ações fantasma	01/03/2017		
iii. Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável para ações fantasma		
iv. Preço médio ponderado de exercício	Não aplicável para ações fantasma		
v. Valor justo das ações fantasma no último dia do exercício social	R\$ 10,08		
vi. Valor justo do total das ações fantasma no último dia do exercício social	R\$ 173.174,40		

PLANO DE SAR	Período fiscal com fim em: 31/12/2014
a) Órgão	Diretoria Estatutária
b) Número Total de Membros	5,33
c) Número de Membros Remunerados	2
d) Em relação às SAR ainda não exercíveis	
i. Quantidade	96.573
ii. Data em que se tornarão exercíveis	01/04/2017
iii. Prazo máximo para exercício	6 meses após o fim da carência
iv. Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável para SAR
v. Preço médio ponderado de exercício	Não aplicável para SAR
vi. Valor justo das SAR no último dia do exercício social	R\$ 8,16
e) Em relação às SAR exercíveis	
i. Quantidade	Não há SAR exercíveis em 2014
ii. Prazo máximo para exercício das SAR	
iii. Prazo de restrição à transferência das ações	
iv. Preço médio ponderado de exercício	
v. Valor justo das ações fantasma no último dia do exercício social	
vi. Valor justo do total das ações fantasma no último dia do exercício social	

13.8 Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ao final do último exercício social

As informações sobre o Plano de Ações Fantasma (*Ações Fantasma*) são apresentadas nas tabelas a seguir.

Não existe remuneração baseada em ações disponível para o Conselho de Administração ou Conselho Fiscal. Apenas a Diretoria Estatutária é contemplada por estes planos.

Em relação ao Plano de SAR (*Share Appreciation Rights*), ainda não houve exercício uma vez que todos os lotes estão em carência.

PLANO DE AÇÕES FANTASMAS	Período fiscal com fim em: 31/12/2014
a) Órgão	Diretoria Estatutária
b) Número Total de Membros	5,33
c) Número de Membros Remunerados	1
d) Em relação às ações fantasmas exercidas	
i. Quantidade	8.832
ii. Preço médio ponderado de exercício (valor da ação fantasma)	R\$ 9,00
iii. Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	Não aplicável para ações fantasma
e) Em relação às ações entregues	
i. Número de ações	-
ii. Preço médio ponderado de aquisição	-
iii. Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações	-

PLANO DE AÇÕES FANTASMAS	Período fiscal com fim em: 31/12/2013
a) Órgão	Diretoria Estatutária
b) Número Total de Membros	6
c) Número de Membros Remunerados	2
d) Em relação às ações fantasmas exercidas	
i. Quantidade	42.835
ii. Preço médio ponderado de exercício (valor da ação fantasma)	R\$ 9,00
iii. Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	Não aplicável para ações fantasma
e) Em relação às ações entregues	Não se aplica, já que as ações fantasma são liquidadas em dinheiro (em caixa)
i. Número de ações	-
ii. Preço médio ponderado de aquisição	-
iii. Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações	-

PLANO DE AÇÕES FANTASMAS		Período fiscal com fim em: 31/12/2012
a) Órgão	Diretoria Estatutária	
b)		
c) Número Total de Membros	6	
d) Número de Membros Remunerados	2	
e) Em relação às ações fantasmas exercidas		
i. Quantidade	Não houve exercício em 2012	
ii. Preço médio ponderado de exercício (valor da ação fantasma)	-	
iii. Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	Não aplicável para ações fantasma	
f) Em relação às ações entregues	Não se aplica, já que as ações fantasma são liquidadas em dinheiro (em caixa)	
i. Número de ações	-	
ii. Preço médio ponderado de aquisição	-	
iii. Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações	-	

13.9 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções

As informações divulgadas nos itens 13.5 a 13.7 são referentes à remuneração baseada em ações dos órgãos administrativos da Companhia (Diretoria Estatutária e Conselho Administrativo).

As notas explicativas dos resultados trimestrais e do resultado anual da Companhia apresentam informações referentes a todos colaboradores abrangidos pelos planos de remuneração baseados em ações.

Plano de Ações Fantasmas

Por ser um Plano liquidado em caixa, a Companhia deve revisar o valor justo das ações fantasmas em toda divulgação de resultados. Conforme apresentado anteriormente, o valor justo é calculado pela média dos últimos 90 pregões da ação SUZB5 ponderada pelo volume negociado em cada data. Este valor é multiplicado pelo TRS observado no período (o qual varia entre 75% e 125% e depende do desempenho da ação SUZB5 em relação às ações de empresas do mesmo setor no Brasil).

Nos planos de Ações Fantasma outorgados antes de 2013 deve ser obedecido o um limite mínimo de R\$ 9,00 para o valor das ações fantasmas.

Plano SAR

Para a mensuração do valor justo dos ativos outorgados no plano SAR, a Companhia utilizou o modelo matemático de aproximação para opções seguindo o método de Simulação de Monte Carlo. Isso foi realizado por conta da natureza da SAR que se assemelha a uma opção, porém com a liquidação em caixa. A escolha deste método específico se deveu à necessidade de simular não apenas a dinâmica do valor das ações da Companhia no Futuro, mas também de seus competidores, uma vez que ambos impactam o ganho do beneficiário.

Na modelagem não foram consideradas condições de exercício antecipado no cálculo das SAR.

Demais premissas consideradas:

Premissa	Valor Considerado
Preço do ativo base (1)	R\$ 8,93
Expectativa de Volatilidade (2)	36,82% a.a.
Expectativa de vida média das opções (3)	Igual à vida do contrato
Expectativa de distribuição de dividendos (4)	2,94% a.a.
Taxa de Juros média ponderada livre de risco (5)	11,90%a.a.

(1) O preço do ativo base foi definido considerando a média aritmética do preço de fechamento dos últimos 90 pregões para a ação SUZB5 na data de outorga da SAR;

(2) A expectativa de volatilidade foi calculada para cada data de exercício, levando em consideração o tempo remanescente para completar o período de aquisição, bem como a volatilidade histórica dos retornos, considerando 745 pregões anteriores à outorga das SAR e utilizando o modelo GARCH de cálculo de volatilidade;

(3) A expectativa de vida média das opções de ação foi definida pelo prazo remanescente até a data limite de exercício;

(4) A expectativa de dividendos foi definida com base no lucro por ação histórico da Companhia; e

(5) A taxa de juros média ponderada livre de risco utilizada foi a curva pré de juros em reais (expectativa do DI) observada no mercado aberto, que é a melhor base para comparação com a taxa de juros livre de risco do mercado brasileiro. A taxa usada para cada data de exercício altera de acordo com o período de aquisição.

13.10 Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários:

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	5	5,33	0	10,33
Número de Membros	0	2	0	0
Nome do plano	N/A	Suzano Prev	N/A	N/A
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	N/A	01	N/A	01
Condições para se aposentar antecipadamente	N/A	Ter no mínimo 55 anos, no mínimo 3 anos de permanência no Suzano Prev e rescindir o contrato de trabalho com a Companhia.	N/A	N/A
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores(em R\$)	N/A	1.068.067,14	N/A	1.068.067,14
valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores (em R\$)	N/A	53.448,00	N/A	53.448,00
Se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	N/A	O resgate pode ocorrer total ou parcialmente a qualquer momento, respeitando a carência mínima entre os resgates de 60 dias, conforme previsto na legislação vigente.	N/A	N/A

13.11 Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Justificativa para o não preenchimento do quadro: item não divulgado em razão do processo 2010.5101002888-5, movido pelo Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças – IBEF/RJ, instituição à qual alguns dos administradores da Companhia são associados.

13.12 Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

Não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto, em relação ao último exercício social:

ORGÃO	Exercício social encerrado em 31.12.2014	Exercício social encerrado em 31.12.2013	Exercício social encerrado em 31.12.2012
Diretoria Estatutária	54,83%	51,15%	65%
Conselho de Administração	N/A	61,10%	96%
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A

13.14 Valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados, em relação aos 3 últimos exercícios sociais:

ORGÃO	Exercício social encerrado em 31.12.2014	Exercício social encerrado em 31.12.2013	Exercício social encerrado em 31.12.2012
Diretoria Estatutária	-	-	-
Conselho de administração	867.798	1.054.000	615.656
Conselho Fiscal	-	-	-
TOTAL	867.798	1.054.000	615.656

13.15 Valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos, em relação ao último exercício social:

a) Remuneração recebida em função do exercício do cargo do emissor - Exercício Social 31/12/2014

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos e Indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

b) Demais remunerações recebidas - Exercício Social 31/12/2014

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos e Indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	1.284.960	6.591.209	-	7.876.169
Sociedades sob controle comum	180.000	2.290.492	-	2.470.492

a) Remuneração recebida em função do exercício do cargo do emissor - Exercício Social 31/12/2013

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos e Indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

b) Demais remunerações recebidas - Exercício Social 31/12/2013

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos e Indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	256.000	7.684.168	-	7.940.168
Sociedades sob controle comum	306.324	1.666.308	-	1.972.632

a) Remuneração recebida em função do exercício do cargo do emissor - Exercício Social 31/12/2012

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos e Indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

b) Demais remunerações recebidas - Exercício Social 31/12/2012

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos e Indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	170.978	7.684.168	-	7.855.146
Sociedades sob controle comum	630.804	1.199.054	-	1.829.858

13.16 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

Todas as informações relevantes a respeito da remuneração dos Administradores da Companhia foram divulgadas nos itens acima.